

Encantar a vida com as Finanças Solidárias



Série **Trilhas**
Educativas



Rede CFES
Formação e Assessoria Técnica
Sudeste



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L315e Laporte, Ana Luzia
Encantar a vida com as finanças solidárias / Ana Luzia
Laporte, Denizart Fazio ; aportes ao texto: Daniel Tygel. – Porto
Alegre : EDIPUCRS, 2017.
52 p. (Série Trilhas Educativas ; caderno 3)

ISBN 978-85-397-0988-5

1. Economia social. 2. Cooperativismo. 3. Solidariedade. 4.
Renda - Distribuição. 5. Justiça Social. I. Fazio, Denizart. II.
Tygel, Daniel. III. Título. IV. Série.

CDD 23. ed. 334

Lucas Martins Kern CRB 10/2288
Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS

Encantar a vida com as Finanças Solidárias



Série **Trilhas
Educativas**



Rede CFES
Formação e Assessoria Técnica
Sudeste



INSTITUTO MARISTA
DE SOLIDARIEDADE

Expediente

Província Marista Brasil Centro-Norte
União Brasileira de Educação e Ensino

Diretoria-Geral

Ir. Ataíde José de Lima | Provincial e Diretor-Presidente
Ir. Adalberto Batista Amaral | Vice-Provincial e Diretor-Secretário
Ir. José Wagner Rodrigues da Cruz | Diretor Vice-Presidente
Ir. Renato Augusto da Silva | Ecônomo Provincial e Diretor-Tesoureiro
Ir. Iranilson Correia de Lima | Conselheiro Provincial e Diretor
Ir. José de Assis Elias de Brito | Conselheiro Provincial e Diretor
Ir. Joarês Pinheiro de Sousa | Conselheiro Provincial e Diretor

Superintendência Socioeducacional

Dilma Alves Rodrigues | Superintendente

Instituto Marista de Solidariedade – IMS

Shirlei Aparecida Almeida Silva | Diretora

Rizoneide Souza Amorim | Roseny de Almeida
Coordenação das Publicações

Ana Luzia de Laporte | Denizart Fazio
Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo (Nesol-USP)
Produção Textual

Daniel Tygel | Aportes ao Texto

Arte em Movimento
Projeto Gráfico, Diagramação
Revisão e Capa

Tiragem: 2 mil exemplares

www.marista.edu.br/ims

Brasília, maio de 2017.



Sumário

<i>Agradecimentos</i>	5
<i>Apresentação</i>	8
<i>Economia e Finanças Solidárias</i>	9
Economia	11
O dinheiro e o sistema financeiro	11
Como é criado o dinheiro?	12
Finanças Solidárias	14
<i>Clubes de Trocas</i>	17
O que são clubes de trocas?	18
Como se organizam?	18
Marco legal	19
<i>Fundos Rotativos Solidários</i>	21
O que são fundos rotativos solidários?	23
Como se organizam?	25
Marco legal	25
<i>Cooperativas de Crédito Solidário</i>	29
O que são cooperativas de crédito solidário?	30
Como se organizam?	31
Marco legal	33
<i>Bancos Comunitários</i>	37
O que são bancos comunitários?	38
Como se organizam?	40
O e-Dinheiro	43
Marco legal	44
<i>Bibliografia e Anexo</i>	47
Anexo A – Tabela Comparativa dos Instrumentos de Finanças Solidárias	49



Agradecimentos

“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina. O que vale na vida não é o ponto de partida, e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terá o que colher.”

Corá Coralina

Querida gente brasileira, em especial mineiros, capixabas, cariocas e paulistas, estamos finalizando um ciclo de oito anos (2009-2017) na execução dos projetos Centros de Formação e apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária da Região Sudeste – Rede CFES Sudeste. Foi um período de muito aprendizado e muita construção coletiva no universo da educação na perspectiva da Economia Solidária. Nessa caminhada, trilhamos e ressignificamos nossas atitudes e demos o nosso melhor para fazer acontecer a tão sonhada formação em Economia Solidária em diferentes territórios destes quatro estados (Minas Gerais – MG, Rio de Janeiro – RJ, São Paulo – SP e Espírito Santo – ES).

Foi uma caminhada de muitas alegrias, mas também muito desafiadora, com vários percalços ao longo dela. Nesse período, celebramos a passagem e ressurreição do nosso querido colega **Wilson Roberto**, a quem dedicamos estas publicações. Wilson esteve presente no CFES, inicialmente, insistindo na missão e nos fazendo sonhar, acreditar e realizar. O seu sonho se tornou nosso e foi para muito mais além de um simples projeto. Traçamos novas trilhas de um Centro de Formação com sentido, avançando na construção de uma sociedade solidária, justa e partilhada para todas as pessoas, na qual a alegria, a mesa farta, a crítica construtiva e a partilha dos sonhos e ideais fossem uma constante.



Wilson Roberto

Nossa gente, temos muito para agradecer, primeiramente aos Fóruns Estaduais de Economia Solidária – Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária; FCP – RJ (Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro), Fórum Paulista de Economia Solidária e Fórum de Economia Popular Solidária do Espírito Santo, que estiveram em todos os momentos, lado a lado, nessa construção: recebam a nossa profunda gratidão. Materializaram-se nesse tempo e caminhada os Núcleos Temáticos Regionais (Educação Popular, Finanças Solidárias, Comercialização Solidária e Redes de Colaboração Solidária).

Na produção teórica, agradecemos às autoras e aos autores que, a partir do vivido nos processos educativos, nos ajudaram a ampliar os nossos horizontes e se desdobraram na produção dos textos que enriqueceram a Série Trilhas Educativas, tais quais: Ana Luzia de Laporte (Analu), Carlos Rodrigues Brandão, Conceição Evaristo, Daniela Rueda, Denizart Fazio, Diego Veiga, Euclides Mance, Lia Tiriba, Luigi Verardo, Manoel Vital de Carvalho Filho, Pedro Otoni, Regilane Fernandes, Sandra Quintela, Thais Mascarenhas e Webert da Cruz.

Por último, mas com igual importância, registramos o nosso agradecimento aos queridos Irmãos Maristas da Província Marista do Brasil Centro-Norte, herdeiros do sonho de Marcelino Champagnat, que com sua generosidade colocaram a instituição a serviço da vida, na luta pelos direitos humanos, na promoção da Economia Solidária e na gestão dessa parceria.

E, para finalizar, estamos convictas de que a colheita desse período se fortalecerá na militância de cada educador(a) dos coletivos estaduais, dos fóruns e redes que darão continuidade à caminhada para além de um projeto, e certas de que estas publicações chegarão a locais onde os nossos pés não nos levaram, mas que os nossos sonhos já anunciavam. Que a construção de uma sociedade solidária, já despontando no horizonte, rompendo toda a opressão de um sistema em agonia, ganhe novo alento e força para brilhar no céu deste nosso Brasil. Continuaremos nos encontrando na militância do movimento de Economia Solidária e defendendo a democracia e a garantia ao trabalho associado no nosso país.

Economia é todo dia, a nossa vida não é mercadoria!

Rizoneide Souza Amorim
Analista Social de Referência

Shirlei A. A. Silva
Diretora do IMS

Apresentação da Série Trilhas Educativas

Como fruto desses anos de construção coletiva, apresentamos a **Série Trilhas Educativas**, que contém 2 livros, 4 cadernos, 6 vídeos e 6 pôsteres/cartazes e 1 *banner* com os diferentes temas abordados na trajetória da Rede CFES Sudeste, conforme descrição abaixo:

- ✔ Livro I – Que história é essa de capitalismo? Existem outras formas de encantar a vida social – esse livro aborda de forma simples e didática a trajetória dos modos de produção – tribal, tributário, escravista, feudal, capitalista e as perspectivas de superação do capitalismo, apresentando novas formas de produção na perspectiva da Economia Solidária. A partir desse livro, temos cadernos que vão tratar das bandeiras da Economia Solidária.
- ✔ Caderno 1: Encantar a Vida com a Educação Popular e a Economia Solidária – aborda a educação popular, o encontro da educação popular e a Economia Solidária, as diretrizes político-metodológicas, e finaliza com várias práticas e metodologias de educação popular.
- ✔ Caderno 2: Encantar a Vida com a Organização da Produção, Comercialização Justa e Solidária e Consumo Responsável – aborda a organização da produção, comercialização e o consumo na perspectiva da Economia Solidária, com metodologias práticas para lidar com temas fundantes da Economia Solidária.
- ✔ Caderno 3: Encantar a Vida com as Finanças Solidárias – trata da economia e finanças solidárias e apresenta as diferentes modalidades do tema: clubes de trocas, fundos rotativos solidários, cooperativas de crédito solidário e bancos comunitários.
- ✔ Caderno 4: Encantar a Vida com as Redes de Colaboração Solidária – apresenta o debate conceitual sobre as redes solidárias, como organizá-las e os procedimentos internos da organização de redes.
- ✔ Livro II – Encantar a vida com a diversidade – trata-se de uma coletânea de artigos com temas que são transversais para a Economia Solidária e que sempre foram abordados nos processos educativos no âmbito do CFES Sudeste. Os principais temas dessa publicação são: autogestão, bem viver, juventudes, mulheres, território e raça/etnia.

Esta sistematização que entregamos ao movimento de Economia Solidária é resultado da concretude do fazer do CFES ao longo desses anos da construção coletiva, de muitas pessoas e instituições – às quais somos profundamente gratas pela parceria –, que somaram conosco ao longo dos oito últimos anos para fazer acontecer a Rede CFES Sudeste.

Boa leitura!

Equipe IMS

Apresentação

Esta publicação da Economia Solidária apresenta o eixo Finanças Solidárias, que se insere como mais uma das iniciativas que promovem a autogestão e a cooperação entre as pessoas para superar as desigualdades social e econômica. As Finanças Solidárias surgem através do empoderamento da comunidade que se mobiliza para uma rearticulação das ferramentas financeiras às noções de desenvolvimento, território, produção e organização comunitária. Em meio a isso, propõe uma mudança de concepção no jeito histórico de ver e aceitar essa pirâmide do sistema capitalista, em que alguns poucos se mantêm no topo, acumulando toda a riqueza, e a grande maioria produtiva se encontra na sua base, explorada e sem acesso à riqueza produzida.

A vivência da comunidade proporciona vários aprendizados. Transformar o modelo econômico é um desafio gigante, mas que pode ser superado, a começar por pequenas iniciativas que façam uso de novas práticas solidárias. As ferramentas financeiras do sistema capitalista não promovem o bem viver, pois estimulam a competitividade e o individualismo. As finanças solidárias e sua nova estratégia refazem o sentido da economia como modo de organização da vida, de forma comunitária e educativa.

Neste caderno, são apresentados quatro tipos de iniciativas que compõem o campo das Finanças Solidárias: Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Rotativos Solidários, Clube de Trocas e Cooperativas de Crédito.



Raquel de Andrade Pereira
Rafael Aquiles Coffler
*Rede de Educadores em Economia
Solidária do Espírito Santo*

Economia e Finanças Solidárias





Economia

A raiz grega da palavra “economia” está relacionada à gestão e organização da casa ou da família. Nesse sentido, a economia tem a ver com saber administrar os fluxos (de pessoas, objetos, recursos, etc.) que compõem a dinâmica do lar.

Saindo do âmbito da casa para a sociedade, a economia é o estudo de como os produtos e serviços são produzidos, trocados, distribuídos e consumidos em determinada época, lugar e contexto.

Todos nós estamos envolvidas(os) nesses processos, primeiro por meio do trabalho. Nós trabalhamos (produzindo coisas ou prestando serviços) para conseguir satisfazer nossas necessidades. Podemos trocar nosso trabalho por dinheiro ou produzir para nós mesmas(os) – alimentos e roupas, por exemplo.

Para ter acesso aos produtos que julgamos necessários, é preciso uma organização da troca e da distribuição dos produtos, que chegam tanto do local em que moramos como também de lugares mais distantes. Por fim, todas(os) somos consumidoras(es) também e o que consumimos é definido por vários fatores relacionados ao lugar onde vivemos, à cultura, história, etc.

Assim, para satisfazer grande parte de nossas necessidades, trocamos nossa força de trabalho ou a venda ou aluguel de alguma propriedade nossa por dinheiro, para trocá-lo por alimento, moradia, transporte, etc. Mas o dinheiro assume uma importância tão grande na nossa vida que muitas vezes nem pensamos nele como um meio de troca. Por isso, é importante olharmos, brevemente, para a história do dinheiro.

Na Economia Solidária, a necessidade de resgatar a função primordial de troca do dinheiro fez com que surgissem várias ferramentas que acabaram sendo chamadas de ferramentas de Finanças Solidárias. Neste caderno, vamos compreender melhor sobre os problemas do atual sistema financeiro e das soluções apresentadas a partir do movimento de Economia Solidária através das ferramentas de Finanças Solidárias.

O dinheiro e o sistema financeiro

O dinheiro surgiu para auxiliar na troca dos objetos de que precisamos, já que cada objeto possui um valor diferente. Por exemplo: para ajudar na troca entre um pé de alface e uma ovelha, o dinheiro torna-se uma medida de valor comum, ou seja, um pé de alface vale 1 dinheiro e uma ovelha 50 dinheiros. Antigamente, eram usadas como dinheiro mercadorias como sal, arroz (no Oriente) e animais (daí a palavra pecúnia, da mesma origem da pecuária). A palavra “salário”, que utilizamos corriqueiramente hoje, surgiu a partir do pagamento aos soldados romanos, que era feito com uma porção de sal.

Foi a partir do aumento das trocas entre diferentes regiões que começamos a usar metais na fabricação de moedas, pois isso tornava mais simples o transporte e a troca. Como havia variação na qualidade dos metais usados nas moedas, estas passaram a ser cunhadas como uma garantia de qualidade. A prata e o ouro foram os principais metais utilizados.

Na Itália, durante a Idade Média, os ourives (pessoas que trabalham com ouro, prata e outros metais) que tinham cofres, nos quais principalmente os comerciantes guardavam seu dinheiro, passaram a produzir em papel certificados de depósitos. Esses papéis começaram a ser utilizados como dinheiro, pois podiam ser trocados pelos ourives. Assim, surgiu o dinheiro em papel, forma mais antiga do dinheiro em cédulas que conhecemos hoje.

Pode-se dizer, portanto, que o dinheiro, em suas diferentes formas, teve como função principal a de servir como “memória de trocas realizadas”, facilitando a circulação de bens e serviços na sociedade e entre povos.

Pensando hoje em dia na nossa relação com o dinheiro, imediatamente nos vêm à mente duas perguntas: como é criado o dinheiro? E quem o cria?

Como é criado o dinheiro?

Primeiro, é importante entender que é o Estado, através do Banco Central, que emite as cédulas e moedas. Mas há outra maneira de criar dinheiro, muito importante hoje em dia, a qual pouco damos atenção. Trata-se do dinheiro que os bancos criam a cada vez que eles fazem um empréstimo, baseados na promessa de que quem pegou o crédito devolverá o dinheiro. Se o crédito bancário (o que tomamos emprestado do banco) pode ser convertido em moeda, então dinheiro é dívida. Parece confuso, não? Vamos olhar um pouco mais para isso.

É muito comum escutarmos que os bancos servem para transferir dinheiro. Assim, quando uma pessoa deposita o dinheiro num banco, ela permite que esse dinheiro possa ir para uma outra pessoa que precisa de crédito. Esta seria a função dos bancos: transferir dinheiro de poupadores (aqueles que têm dinheiro no banco) para pessoas ou empresas que precisam do dinheiro. Entretanto, os bancos fazem muito mais do que isso: eles criam dinheiro. Veja como:

Não é de todo errado dizer que os bancos transferem dinheiro das mãos de poupadoras(es) para aquelas(es) que precisam de crédito. É nessa passagem de dinheiro das mãos de uma pessoa ou empresa para outra que o banco ganha a maior parte do seu lucro, pois há uma diferença enorme entre o que ele paga a alguém que deixa o dinheiro na poupança e o que o banco cobra de quem empresta dinheiro dele. Os economistas chamam isso de *spread* bancário.

Já que o lucro do banco está justamente na diferença entre os juros que ele paga (pela poupança, por exemplo) e o que ele cobra dos empréstimos (incluindo o cheque especial, que também é crédito), então quanto mais operações de crédito ele fizer, maiores serão seus ganhos. E é aí que ele cria dinheiro.

Há muito tempo, as casas comerciais, precursoras dos bancos, perceberam que dificilmente todas as pessoas que tinham seu ouro depositado nessas casas iriam retirá-lo de uma só vez, ao mesmo tempo. Jogando com esse risco, as casas emprestavam dinheiro cobrando juros. Os bancos seguiram esse mesmo caminho, disponibilizando mais dinheiro em crédito do que de fato têm em suas contas, prevendo que a famosa “corrida aos bancos”, em que todas(os) vão ao mesmo tempo retirar seu dinheiro do banco, nunca acontecerá. Há até um nome para isso: multiplicador bancário, ou seja, a proporção utilizada pelos bancos para a disponibilização de moeda na praça com relação ao que realmente dispõem em suas contas.

O que isso nos mostra de importante é que a quantidade de dinheiro disponível na sociedade é definida pela possibilidade dos bancos de “criar” dinheiro por meio da concessão de empréstimos, ou seja, criando dívidas. Essa confiança de que as pessoas nunca irão aos bancos retirar todo o seu dinheiro ao mesmo tempo fizeram os economistas assumirem que não era necessário ter um lastro (uma mesma quantidade de ouro no banco que o dinheiro em circulação, por exemplo). É por isso que o dinheiro circulando também se chama de “moeda fiduciária”, pois ela está sustentada apenas na confiança, mesmo sem ter lastro real.

O que é lastro? A ideia de lastro tem a ver com ter a mesma quantidade de papel-moeda (reais, por exemplo) e ouro guardado no banco, de modo a conferir “confiança” de que o papel que utilizamos realmente tem valor.

Embora a situação por si só já pareça complicada, com os bancos tendo certa autonomia na “criação” de dinheiro, eles ainda pressionam os governos tanto para a redução dos depósitos compulsórios (que garantem que o banco tenha depositado ao menos parte do que ele empresta, como medida de segurança) quanto para afrouxarem os limites do multiplicador bancário (permitindo que assim eles criem mais dinheiro).

Vamos criando assim uma sociedade cada vez mais endividada, pois quanto mais se precisa de dinheiro para a produção de mercadorias, para o nosso próprio consumo, mais o endividamento aumenta. Assim, é importante pensarmos que o endividamento hoje não é simplesmente uma questão pessoal, de alguém que se descontrolou no final do mês, como costumamos dizer, mas que está na base da forma como a nossa sociedade hoje está organizada.

Além de tornar-se mais endividada, a nossa sociedade tem se tornado cada vez mais financeirizada. Isso significa que há mudanças importantes nas formas antigas das finanças mundiais que as deixaram muito poderosas, a tal ponto que hoje elas dominam a economia real (ou seja, a economia que vem do próprio trabalho) e se tornam uma forma de acumulação de capital sem nenhuma produção. Os bancos e os agentes financeiros mandam sobre os países. E seus lucros, que vêm somente através de juros de dívidas, são sempre garantidos, enquanto os direitos sociais básicos das populações são ameaçados.

Em contraponto com essa situação de endividamento e financeirização em prol de poderosos agentes financeiros, a Economia Solidária cria iniciativas de finanças solidárias que buscam, a partir de uma proposta coletiva, novas maneiras de se lidar com o mundo financeiro. Trata-se de experiências que buscam trazer para o universo das relações financeiras um outro olhar, não do lucro e do crescimento sem fim, mas do ser humano e do desenvolvimento local. Vamos olhar um pouco para os diferentes tipos dessas iniciativas.

Para saber mais:

- ***Dinheiro como dívida***, de Paul Grignon, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=abl6YhQhya4>
- ***Cartilha da Auditoria da Dívida***, disponível em: <http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2012/08/ABC-da-D%C3%ADvida-3-Edi%C3%A7%C3%A3o.pdf>
- **PAULO NAKATANI. *O dinheiro e a financeirização da economia mundial***, disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-dinheiro-e-a-financeirizacao-da-economia-mundial/4/31520>

Finanças Solidárias

Muito antes da civilização moderna, nas organizações das sociedades tribais indígenas que perduram até hoje em muitos lugares do mundo, inclusive no Brasil, as práticas de trocas justas sem a finalidade do lucro já existiam e servem de inspiração para muitas das soluções de finanças solidárias que encontramos hoje, tais como os fundos solidários, a prática do mutirão, os clubes de trocas, entre outras iniciativas.

Para falarmos sobre o que são as finanças solidárias, nada melhor do que trazer os acúmulos dos últimos anos nesse setor, que foram sistematizados durante a “Conferência Temática Economia e Democracia: Políticas de Financiamento,

Finanças Solidárias e Ambiente Institucional para a Economia Solidária”, realizada em abril de 2014, na cidade de São Paulo. A conferência estava no âmbito da III Conferência Nacional de Economia Solidária e contou com a participação de mais de 150 pessoas de todo o Brasil, representantes de fundos solidários, bancos comunitários de desenvolvimento e cooperativas de crédito solidário, além da própria Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes/MTE).

Vejamos então alguns pontos:

“Ao falarmos de finanças solidárias, estamos rearticulando as ferramentas financeiras às noções de desenvolvimento, território, dinâmicas locais e organização comunitária. Dessa forma, essas iniciativas apontam o caráter sistêmico da Economia Solidária na produção de um ciclo virtuoso entre os agentes locais ao articular as dinâmicas sociais e econômicas segundo os princípios da democracia e da igualdade.”

(Conferência Temática Economia e Democracia: Políticas de Financiamento, Finanças Solidárias e Ambiente Institucional para a Economia Solidária, p. 5)

Embora seja uma definição curta, ela é bastante densa e nos diz muita coisa. A primeira ideia que temos nela é de uma “rearticulação” das ferramentas financeiras. Rearticulação porque essas ferramentas já estão articuladas, porém em benefício do sistema financeiro, dos bancos e das grandes empresas, com o objetivo de obter lucro. A centralidade das ferramentas financeiras convencionais está justamente nisto: no dinheiro. Já nas finanças solidárias, ao contrário, essas ferramentas financeiras servem a outros propósitos, que tenham como centralidade o ser humano, e não o lucro. Assim, o que define, de modo geral, as iniciativas de finanças solidárias é a prática em transformar aquelas ferramentas financeiras que estão na mão do grande capital em ferramentas da própria comunidade.

E para que isso? O trecho acima aponta que é para o desenvolvimento. Claro, não se trata de qualquer desenvolvimento, mas um desenvolvimento local, que esteja associado às dinâmicas locais, à organização da comunidade e que responda às suas demandas concretas. Em outras palavras, trata-se de pensar em como as ferramentas financeiras podem ajudar um determinado território a ser um lugar melhor do que é hoje para viver.

Se estamos dizendo que as práticas de finanças solidárias se preocupam com o desenvolvimento de um território em particular, não podemos deixar de dizer algumas coisas sobre isso. Quando o texto da conferência temática coloca que as finanças solidárias estão atentas à organização comunitária e às suas dinâmicas locais, ele aponta que o território é permeado por relações econômicas que devem ser compreendidas e então rearticuladas em prol do desenvolvimento comunitário.

As iniciativas de finanças solidárias têm também uma dimensão pedagógica: ao participar de uma iniciativa de finanças solidárias, as pessoas de uma comunidade têm a possibilidade de compreender como o sistema financeiro convencional funciona, olhando-o criticamente e buscando ações que se contraponham a ele.



Clube de Trocas



O que são clubes de trocas?

Os clubes de trocas são empreendimentos de Economia Solidária em que as pessoas se encontram para trocar diferentes tipos de produtos, serviços e saberes. A proposta é que cada participante possa satisfazer suas necessidades sem utilizar o dinheiro. Para isso, a maioria dos clubes utiliza uma moeda social para realizar as suas trocas, mas em alguns casos funcionam sem moeda, e esse tipo de troca é chamada de escambo.

Os clubes fazem o resgate da cultura das trocas, em contraposição à cultura do consumismo. As(os) participantes levam ao clube as coisas que produzem, ou que não usam mais, e trocam por produtos e/ou serviços de que precisam. Assim, cada um(a) faz o exercício de se desapegar do que não precisa, mas que pode servir bem para outra pessoa.

Os clubes de trocas são espaços em que é criado um mercado, complementar ao convencional, com o objetivo de fortalecer a economia local, pois produtoras(es) e consumidoras(es) se encontram para satisfazer suas necessidades sem precisar de dinheiro, trocando, por exemplo, roupas, alimentos, sabão, corte de cabelo, serviço de jardinagem, artesanatos, etc. Os clubes ficaram muito famosos na Argentina durante sua crise econômica de 2002, quando chegaram a ter cerca de 5 milhões de pessoas envolvidas.

Um exemplo interessante de clubes de trocas é o “Casa Blanca”, que acontece na Vila das Belezas, zona sul da cidade de São Paulo, desde 2011. O clube é realizado no Centro Educacional Unificado Casa Blanca, fruto da parceria entre a associação de pais e mestres dessa escola e uma associação de moradores, a AMJCBA. O clube ainda participa do projeto “REDES – Rede de Empreendimentos Culturais Solidários da Periferia Urbana da Zona Sul de São Paulo”, que reúne empreendimentos e iniciativas de Economia Solidária na região do Campo Limpo e adjacências, zona sul de São Paulo.

Como o objetivo de trocar produtos, serviços e saberes, o clube acontece uma vez por mês. Durante as reuniões, são ainda realizados diversos debates sobre temas demandados pelo clube.

A variedade de produtos encontrados no clube Casa Blanca é grande, com produtos artesanais, peças de vestuário, livros, CDs e comida. A intenção do clube é estimular a troca, possibilitando, a partir do encontro entre as pessoas, acesso a produtos e serviços, servindo como uma ferramenta pedagógica para se discutir o consumo em nossa sociedade.

Como se organizam?

Os clubes são organizados pelas(os) próprias(os) participantes, que podem fazer parte do mesmo bairro, escola, trabalho, grupo de amigos, etc. Assim, é um grupo que se reúne com a intenção de trocar, mas não precisa, necessariamente, ser da mesma comunidade nem ter personalidade jurídica, podendo ser informal.

Grande parte dos clubes funciona com uma moeda social, que tem um papel simbólico e permite a troca de produtos que tenham valores diferentes. Essas moedas são construídas pelo próprio grupo e só circulam dentro daquele clube. Atualmente existem mais de 100 moedas sociais no Brasil, algumas ligadas a clubes de trocas e outras aos bancos comunitários, sobre os quais falaremos na próxima seção. Elas são chamadas moedas sociais porque não são moedas convencionais, que representam a concentração de riqueza e a sociedade consumista capitalista.

A circulação da moeda dá vida ao clube. A acumulação da moeda social, ao contrário, impede o funcionamento do clube, porque quanto menos a moeda circula, menos trocas estão acontecendo. Para evitar a acumulação, alguns clubes têm uma contabilidade unificada, na qual todas(os) sabem quanto de moeda cada participante tem.

Em cada clube, é o próprio grupo que define como vão acontecer as trocas, por exemplo: cada participante pode receber um certo valor inicial em moeda social e se comprometer em consumir e vender seus produtos no clube, ou pode haver uma comissão organizadora que compra (em moeda social) um produto de cada participante para que as trocas se iniciem ou que troca a moeda social por reais.

A maioria funciona a partir de encontros periódicos – normalmente mensais ou quinzenais –, em que as(os) participantes expõem seus produtos, realizando as trocas, como se fosse uma feira. Alguns clubes também têm a organização de uma lista de “classificados”, em que as pessoas escrevem o que podem oferecer e o que procuram.

O funcionamento do grupo de trocas precisa ser estabelecido através de uma construção participativa do **Regimento Interno** do grupo, pois assim ninguém fica com dúvidas e a confiança fica mais forte de que as trocas ocorrerão da melhor maneira possível.

Marco Legal

Embora as moedas sociais não tenham uma regulamentação própria no Brasil, há avanços no tema. Houve um entendimento, por parte do Banco Central, e a partir da intervenção de diversos atores das finanças solidárias, de que as moedas sociais não representam uma ameaça à moeda oficial por se tratarem de um instrumento de dinamização das economias locais.

Um importante estudo a esse respeito é a tese de doutorado de Marusa Vasconcelos Freire: “Moedas sociais: contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil”.

Atividade – Oficina “Clube de Trocas”

Objetivo: Difundir o que são clubes de trocas e estimular a sua criação

Tempo: 2 a 3 horas

Material necessário: canetão, kraft e fita crepe

Metodologia: A oficina começa com a distribuição de duas fichas para cada participante: a ficha rosa ("o que eu tenho para trocar") e a ficha amarela ("do que eu preciso"). Cada participante escreve o que tem para trocar e o que quer receber. Logo depois das fichas preenchidas, cada participante expõe e explica suas respostas. Após esse primeiro momento, pede-se às(aos) participantes para trocar aquilo que alguns(algumas) tinham e que outros(as) precisavam. Nessa dinâmica, descobre-se que muitas das coisas que necessitamos comprar no mercado poderíamos trocar entre nós sem necessidade de dinheiro.

Para saber mais:

• **A História das Coisas**

<https://www.youtube.com/watch?v=7qFiGMSnNjw>

- BENSADON, Ligia S.; PATEO, Felipe V.; LAPORTE, A. L. A. Incubando um clube de trocas: proposta de desenvolvimento local. In: **Caminhos percorridos e construção coletiva:** Economia Solidária na zona sul de São Paulo. Org. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. São Paulo: ITCP-USP. São Paulo. 2010
- Documentário do CEFURIA “Clubes de Trocas, rompendo o silêncio, construindo histórias”, sobre Clubes de Trocas na região metropolitana de Curitiba (PR):
Parte 1: <https://www.youtube.com/watch?v=EUKJlvAgBA>
Parte 2: https://www.youtube.com/watch?v=R_w96FSy6Z4
- Henk van Arkel, Paulo Peixoto de Albuquerque, Camilo Ramada e Heloisa Primavera. Onde está o dinheiro?, disponível na internet no *link* <http://bit.ly/2cwioAA>.
- Marusa Vasconcelos Freire. Moedas sociais: contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil, disponível em http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9485/1/2011_MarusaVasconcelosFreire.pdf
- Clube de Trocas Casa Blanca, disponível em: <https://www.facebook.com/clubetrocasacasablanca/>

Fundos Rotativos Solidários



*O povão inteligente
Como riacho nascente
Descobriu um novo curso
Pensou assim:
Se fazemos mutirão para construir açude, casa e
cisterna
Por que então não se unir na formação de um fundo
para onde todo mundo
Ao carecer, possa ir
Então, pensou-se num Fundo Rotativo Solidário
Onde todos colocassem
Um pouco, mas necessário
Para o dinheiro ir crescendo
Depois voltar só correndo
O grupo depositário*

*(Cordel do Fundo solidário, trecho do Poema de Manoel Monteiro.
Ver vídeo: Cordel do Fundo Solidário:
Produzindo Riquezas e Saberes, junho de 2008).
Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rzCwDCjYxbs>*

O que são fundos rotativos solidários?

Os fundos rotativos solidários são uma ferramenta utilizada pelas comunidades para solucionar, a partir de seus próprios recursos, as dificuldades encontradas coletivamente e individualmente.

São experiências econômicas que existem há muitos anos e que tiveram grande impulso a partir da década de 1980. Recentemente, os fundos foram associados com as experiências no Nordeste, que permitiram a construção de milhares de cisternas no semiárido. Segundo levantamento da Cáritas Brasileira (realizado de 2010 a 2012), existem mais de mil experiências de fundos rotativos solidários no Brasil. A maioria delas se encontra no Nordeste (68%), mas existem por todo o país.

Por que este nome: “fundo rotativo solidário”? Fundo está relacionado com recursos, que podem ser de diferentes tipos, tais como mão de obra, materiais, animais, sementes e também dinheiro. A palavra solidário é porque esse fundo, ou esse montante de recursos, é gerido pela comunidade para melhorar a condição de vida de todas(os) e de cada um(a). E a palavra “rotativo” nos lembra que é um circuito que passa por todas as pessoas e grupos envolvidos, não se acumulando em um só ponto da cadeia.

Se nos perguntamos “de onde vem essa prática?”, não precisamos ir muito longe. É só observar a cultura de ajuda mútua e organização popular, que é tão comum nas comunidades rurais, tradicionais e periféricas. Assim, nos lembramos dos mutirões para plantar, bater a laje, fazer cerca, ou até mesmo dos rodízios para cuidar das crianças pequenas. Outras práticas de troca também são a base dos fundos solidários, como entre os agricultores que há tempos emprestam uns aos outros as suas sementes para que sejam devolvidas depois da colheita.

Os fundos solidários são, principalmente, uma forma das comunidades empobrecidas terem acesso ao crédito, que, além de burocratizado pelas instituições financeiras convencionais, é praticamente inacessível devido aos altos juros e à necessidade de ter patrimônio como garantia. Para constituírem o fundo, as pessoas unem seus recursos, formando um “caixinha comum”. Como o caixa é da própria comunidade, as pessoas têm interesse em devolver o recurso que tomaram emprestado, pois ele será usado por outras pessoas.

Mas qual a diferença do fundo rotativo solidário para um microcrédito individual? O fundo rotativo solidário tem como objetivo melhorar a qualidade de vida e desenvolver a comunidade. Esse caráter comunitário se dá, principalmente, pela gestão comunitária dos recursos. Como ele é gerido pela comunidade, as formas de pagamento também são flexíveis e adequadas ao contexto e à pessoa que solicitou o crédito, que pode ser pago, por exemplo, em materiais, trabalho, sementes, cabras, etc.

Assim, os fundos solidários são iniciativas que ocorrem a partir da base, das necessidades e da organização da própria comunidade. A prática de autogestão do fundo também traz um acúmulo de experiência coletiva para a resolução de problemas comuns e para a prática política. Além da organização comunitária, os fundos também trazem benefícios materiais para as comunidades, permitindo investimentos na produção (como a compra de sementes, de equipamentos que podem ser usados por várias pessoas, etc.) e na melhora da qualidade de vida em geral.

As experiências de fundos solidários são muito diversas e de uma grande riqueza. Por exemplo: na Região Sudeste, podemos citar o fundo rotativo solidário da Associação de Agricultores Familiares de Araponga (AFA), na Zona da Mata de Minas Gerais, criado para a compra coletiva de terra, experiência que existe desde a década de 1980. Inicialmente, a associação foi criada no intuito de responder a uma demanda pela compra coletiva de insumos, bem como apoiar a comercialização coletiva dos produtos dos agricultores familiares. Mas a experiência coletiva dos agricultores permitiu a ampliação das suas ações.

Outro exemplo, ainda na Região Sudeste, é a Associação Vencer Juntos com Cristo, da região de Montes Claros, no norte de Minas Gerais, que apoia vários projetos urbanos e rurais, tendo como parceiros a Fundação Grupo Esquel Brasil e a Pastoral da Criança. Segundo o seu *site*, a associação “promove oportunidades de geração de renda para as famílias pobres através do fomento de fundos rotativos solidários e identifica, financia e capacita grupos de pessoas de baixa renda para iniciar um empreendimento produtivo e coletivo. A devolução do financiamento pelos empreendimentos fomenta um fundo rotativo solidário cujos recursos são investidos em novos empreendimentos coletivos na mesma região”.

O trabalho das pastorais da criança existe desde a década de 1980, com projetos de geração de trabalho e renda a partir da metodologia do fundo rotativo solidário. Em Montes Claros não foi diferente. Na verdade, foi uma das primeiras regiões a desenvolver o Projeto Vencer Juntos (2003) no fomento à Economia Solidária por meio dos fundos.

A Associação Vencer Juntos acompanha dezenas de empreendimentos das mais diversas áreas, seja em comunidades rurais no plantio de milho, feijão, mandioca, hortaliças, na criação de vacas leiteiras, suínos e frangos, seja em comunidades urbanas em confecções, artesanato, produção de alimentos e produção de vassouras. De 2003 a 2011, foram 85 empreendimentos apoiados, no início como “Projeto Vencer Juntos” e, a partir de 2008, como “Associação Vencer Juntos”. O projeto se tornou uma associação, o que ajudou na continuidade dos trabalhos, mobilizando novos grupos e acompanhando os empreendimentos associados. Esses participam ativamente do Fundo Rotativo Solidário da associação, utilizado no fomento aos empreendimentos solidários.

Como se organizam?

Em geral os fundos solidários são desenvolvidos por centros e associações comunitárias, instituições formadas pelos próprios moradores, que já são dedicadas a discutir e resolver os problemas coletivos.

Existem dois trabalhos que são centrais ao funcionamento: a captação de recursos, que são das famílias que colaboram e se beneficiam do fundo, e a gestão e acompanhamento do financiamento comunitário.

Todo o processo é feito a partir de **reuniões** entre as pessoas interessadas. Nelas são feitos: 1) levantamento dos problemas da comunidade e decisão das prioridades; 2) arrecadação dos recursos das famílias envolvidas; 3) escolha de uma comissão de gerenciamento, que vai acompanhar o crédito e a aplicação dele na prática (a comissão, por exemplo, recebe o dinheiro, faz compra de material e acompanha as obras); 4) prestação de contas e acompanhamento dos pagamentos.

Para que tudo isso funcione, é fundamental a transparência. Assim, sempre existe um caderninho em que são registrados todos os pedidos e a entrega dos recursos. A confiança é a base dos fundos solidários. Por isso, quem costuma fazer a administração dos fundos são lideranças locais escolhidas pela comunidade, nas quais as pessoas já confiam.

Na prática, essa é uma ferramenta que muitas vezes funciona melhor do que políticas públicas de apoio aos produtores e às comunidades em geral. Isso porque as políticas funcionam de forma padronizada, não atendendo à necessidade e ao contexto de cada pessoa. Por exemplo: não adianta comprar semente para um produtor que não vai ter acesso a água. O gerenciamento da comunidade ajuda a adequar as demandas, conversar sobre as dificuldades e consertar os erros.

Essa forma de funcionamento também fortalece a autonomia da comunidade, que com isso passa a depender menos de apadrinhamentos econômicos ou políticos para resolver seus problemas.

Marco legal

Não existe um marco regulatório adequado aos fundos rotativos solidários, pois, no Brasil, qualquer entidade que empresta recursos necessita estar regulamentada pelo Banco Central. O problema é que as associações de fundos rotativos solidários não conseguem se cadastrar, e as entidades de microcrédito que conseguem se regularizar têm normalmente como base de suas operações o lucro, o que é totalmente contrário à lógica dos fundos solidários, cuja base é a solidariedade.

Atividade – Como criar um Fundo Rotativo Solidário

Quando olhamos para a experiência dos fundos solidários, vemos que se trata de uma metodologia bastante abrangente que permite a cada grupo estabelecer coletivamente as suas regras. Entretanto, há alguns princípios que são gerais a todos eles: a ampla participação de todas as pessoas envolvidas, seja na organização do fundo, seja nas suas decisões, bem como a transparência das ações do fundo. Esta oficina trata desse passo a passo.

Objetivo: Introduzir a metodologia dos fundos solidários que possa ser replicada criativamente nas comunidades das(os) participantes.

Tempo: 4 a 5 horas

Material necessário: canetão, kraft e fita crepe

Metodologia:

a) Apresentação do fundo rotativo solidário

Inicialmente pode-se apresentar o vídeo “Fundo rotativo solidário”, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=jz5VTedocls>, que faz uma apresentação sobre o que é um fundo rotativo solidário e como ele funciona. Abre-se então uma conversa com as(os) participantes para que possam esclarecer dúvidas e para que um ou outro ponto de maior interesse do grupo possa ser aprofundado.

b) Divisão em grupos para a criação de um fundo rotativo solidário

A intenção desse trabalho de grupo é que as(os) participantes vivenciem a criação de um fundo rotativo solidário fictício, de modo que possam estabelecer entre si os principais caminhos e desafios para a criação do fundo. Pode-se dividir isso em dois momentos de igual importância, porque são absolutamente interdependentes: a sensibilização e mobilização para a criação do fundo e as reuniões de organização de como esse fundo será. Assim, a proposta agora é dividir os participantes em dois grupos da seguinte forma:

Grupo 1: sensibilização e mobilização. O objetivo desse grupo é pensar como fazer a mobilização e a sensibilização de uma comunidade para a criação de um fundo rotativo solidário. Ao final, o grupo deve apresentar um plano de mobilização e sensibilização. Para ajudá-las(os) nessa tarefa, a(o) mediadora(o) pode apresentar um conjunto de perguntas que são importantes de serem respondidas: “Que informações devemos veicular nessa sensibilização?”; “Que pessoas podem estar interessadas em um fundo?”; “Onde estão essas pessoas?”; “Como faremos essa mobilização?”; “Quais os meios utilizados?”; “Em que formatos (bate-papos, formações, etc.)?”.

Grupo 2: organizando um fundo rotativo solidário. Esse grupo tem como objetivo pensar os diferentes elementos para a organização de um fundo rotativo solidário, imaginando que já há um grupo mobilizado, sensibilizado e interessado na criação de um fundo. As perguntas que esse grupo deverá responder podem ser como estas: “Como funcionará o fundo?”; “Quem poderá aderir?”; “Como será o processo de adesão?”; “Onde e com quem ficará o dinheiro do fundo?”; “E as suas regras de utilização?”; “Haverá comissões de organização do fundo? Quais?”; Ao responder a essas perguntas de forma sistematizada, o grupo apresentará ao outro grupo um rascunho de regimento interno.

c) Socialização da discussão

O momento agora é compartilhar o trabalho dos grupos, sendo que o grupo 1 apresenta o seu planejamento de mobilização e sensibilização e o grupo 2 apresenta o regimento interno. Nesse momento, deve-se fazer um debate aberto, no qual as dificuldades devem ser colocadas para que possam ser discutidas e resolvidas no coletivo. Nesse momento, deve-se incentivar também que as(os) participantes falem como veem esse processo acontecendo em suas comunidades, que dificuldades teriam. Ao mesmo tempo, deve-se incentivar que as(os) participantes indiquem possíveis soluções para as(os) companheiras(os) que apontaram dificuldades.



Para saber mais:

- **Fundo solidário para a construção de cisternas na Paraíba (Centro de Cultura Luiz Freire)**
<https://www.youtube.com/watch?v=qOAFkLic5iQ>
- **Fundos Solidários (Cáritas Brasileira)**
<https://www.youtube.com/watch?v=OgUxtCtDUyQ>
- **Cordel do fundo solidário (Cáritas Brasileira)**
<https://www.youtube.com/watch?v=2O2W3ijL7BQ>
- **Fundo Rotativo Solidário (Centro Sabiá)**
<https://www.youtube.com/watch?v=jz5VTedocls>
- **Os fundos solidários e a caminhada para seu reconhecimento e valorização (Cáritas Brasileira)**
http://caritas.org.br/wp-content/files_mf/1383061597Cartilhawebfundos_solitarios.pdf
- **Cartilha dos fundos solidários (Região Sul)**
<http://camp.org.br/files/2015/05/CARTILHA-FUNDOS-SOLIDARIOS-5.pdf>
- **Fundos Solidários: por uma política de emancipação produtiva**
<http://caritas.org.br/wp-content/uploads/2011/03/Caderno-1-FUNDOS-SOLIDARIOS-POR-UMA-POLITICA-DE-EMANCIPACAO-PRODUTIVA-DOS-MOVIEMENTOS-SOCIAIS.pdf>
- **Para saber mais sobre a AFA e toda a dinâmica daquele território na luta pela democratização das terras e da produção solidária, leia a tese de doutorado “Redes sociais, organizações e políticas públicas: interfaces na agricultura do município de Araponga, zona da mata de Minas Gerais”, por Ana Paula Teixeira de Campos, disponível na internet no link <http://bit.ly/2celEul>**
- **Diagnóstico dos empreendimentos solidários de Araponga em http://www.ctazm.org.br/arquivos_internos/publicacoes/DiagnosticodosEmpreendimentosdeEconomiaSolidariadeAraongaDivinoeEsperaFeliz2009.pdf**
- **Página do Projeto Vencer Juntos e as suas atuações, que também se estendem a regiões do Nordeste brasileiro: www.vencerjuntos.org.br**

Cooperativas de Crédito Solidário



O que são cooperativas de crédito solidário?

As cooperativas de crédito solidário são instituições financeiras aceitas pelo Banco Central que funcionam de forma cooperativa, como associação de pessoas, ao contrário das empresas, que são associação de capital. Nascidas de articulações com movimentos sociais, em especial de agricultoras(es) familiares, as cooperativas de crédito solidário se diferenciam bastante das cooperativas de crédito tradicional. O “solidário” que as cooperativas de crédito da Economia Solidária têm no nome é um diferencial que vai muito além da sua denominação. Essa palavra enfatiza pelo menos duas características principais: a democracia interna, baseada nos princípios da solidariedade e da autogestão, e o foco no desenvolvimento local das comunidades onde estão inseridas.

Nas cooperativas de crédito solidário, há a compreensão da necessidade da democratização do acesso ao crédito, de modo que este possa se tornar um vetor do desenvolvimento comunitário. Essas cooperativas têm um compromisso na “democratização do acesso ao crédito e superação da pobreza, mobilizando e representando milhares de pessoas que historicamente estiveram excluídas de políticas públicas de promoção ao desenvolvimento humano e da cidadania” (*Cooperativismo de Crédito Familiar e Solidário: instrumento de desenvolvimento e erradicação da pobreza*. p.13-21. Corrêa/Magri, 2012).

Grande parte das cooperativas de crédito que são solidárias são experiências ligadas à agricultura familiar, reinvestindo as poupanças das(os) suas(seus) sócias(os) nos territórios.

Geralmente, as cooperativas de crédito solidário se formam a partir da articulação de agricultoras(es) familiares que buscam ter o acesso ao crédito para investir na produção. A maioria delas está vinculada aos movimentos sociais que se fortaleceram com a redemocratização do país após a ditadura militar. Portanto, se forma em grupos que já têm uma finalidade política, antes da econômica.

Há inúmeros exemplos de cooperativas de crédito solidário pelo Brasil que estão construindo, a partir dos territórios, outras formas de se pensar nas relações financeiras.

Um exemplo interessante é a cooperativa de crédito solidário ASCOOB Sisal, que fica em Serrinha (Bahia) e pertence ao sistema ASCOOB. O trabalho da cooperativa se dá no chamado “território do sisal”, no semiárido nordestino. Trata-se de uma região de intensa organização comunitária, desde a década de 1960, com o Movimento de Organizações Comunitárias (MOC), base para a formação da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB), bem como Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e outras organizações.

A ASCOOB surge no ano de 1999, articulada à discussão do crédito rural, porém o seu trabalho vai muito além do crédito, promovendo formação cooperativista, dando suporte e assessoria às cooperativas e às(aos) cooperadas(os), fazendo

captação de recursos para o trabalho de desenvolvimento local. Esse é um ponto importante, pois a preocupação com o local é um dos grandes diferenciais das cooperativas de crédito solidário com relação às cooperativas de crédito convencional: por terem como base de constituição os movimentos de organização comunitária, as cooperativas de crédito solidário buscam o fortalecimento da agricultura familiar e da Economia Solidária. Sua forma de organização também privilegia as pequenas cooperativas para que possam estar próximas a suas(seus) associadas(os).

As cooperativas de crédito solidário dispõem de serviços de microcrédito, empréstimo consignado, desconto e pagamento de títulos, pagamento de tributos/taxas, seguros, etc. Além disso, fornecem cartão de débito e crédito, bem como permitem o acesso à conta-corrente via internet banking. Isso tudo possibilita uma maior inclusão financeira (ou bancarização) da população.

Hoje a ASCOOB Sisal tem mais de 7 mil associadas(os) e conta com quatro agências nos municípios de Serrinha, Ichu, Barrocas e Salgadália. O sistema ASCOOB, para além do território SISAL, está presente na Bahia, Sergipe e Alagoas, abrangendo 16 territórios rurais nesses estados, com 7 cooperativas filiadas, 9 cooperativas conveniadas e com pontos de atendimento em 30 municípios, abrangendo cerca de 50 mil cooperadas(os).

Para saber mais:

- ***Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil, Fábio Luiz Búrigo***
<http://www.cresol.com.br/site/upload/downloads/60.pdf>
- ***Ascoob Sisal***
<http://www.ascoobserrinha.com.br/>
- ***Cooperativismo de Crédito Familiar e Solidário: instrumento de desenvolvimento e erradicação da pobreza. Cledir A. Magri & Ciro Eduardo Corrêa (organizadores) – Passo Fundo: IFIBE, 2012.***

Como se organizam?

A organização das cooperativas de crédito solidário é horizontal, diferente de outras instituições financeiras organizadas de forma vertical, nas quais a gerência costuma ficar distante da base.

Para a organização ser horizontal, é importante que as cooperativas estejam próximas às(aos) sócias(os). Nas cooperativas de segundo grau, que articulam em rede várias cooperativas locais, existem as “bases de serviços” que atendem a diversas cooperativas. Também é importante que haja espaços de tomada de decisão coletivos das(os) sócias(os), que costumam ser as assembleias.

Atualmente, as cooperativas de crédito solidário são organizadas dentro da Confederação CRESOL, que até junho de 2016 se chamava CONFESOL (Confederação das Cooperativas Centrais de Crédito Rural com Interação Solidária). A Confederação CRESOL se define como um “Sistema Cooperativo de Economia Familiar e Solidária. Constituídas e dirigidas por agricultores familiares e trabalhadores urbanos. Integradas através de uma Confederação, Centrais de Crédito, Bases de Serviços Regionais e Cooperativa Singulares¹”, que têm como objetivo “promover a inclusão social, facilitando o acesso a produtos e serviços financeiros. Visa fortalecer e estimular a interação solidária entre os cooperados e suas organizações, visando o desenvolvimento local com sustentabilidade”.

Cooperativa de 1º grau ou singular: tem objetivo de prestar serviços diretos ao associado. É constituída por um mínimo de 20 pessoas físicas. Não é permitida a admissão de pessoas jurídicas com as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas que a integram.

Cooperativa de 2º grau, Federação ou Central: seu objetivo é organizar em comum e em maior escala os serviços das filiadas, facilitando a utilização recíproca dos serviços. É constituída por, no mínimo, três cooperativas singulares. Excepcionalmente pode admitir pessoas físicas. Pode ser nacional, regional ou local.

Cooperativa de 3º grau ou Confederação: organiza em comum e em maior escala os serviços das filiadas. Três cooperativas centrais e/ou federações de qualquer ramo são a quantidade mínima para constituir uma federação. Pode ser nacional ou regional.

A Confederação Cresol tem como filiadas as seguintes centrais e respectivas cooperativas singulares: Cresol Baser, com sede no Paraná; Cresol Central, com sede em Santa Catarina; Cresol Central Sicoper; Crehnor, com sede no Rio Grande do Sul; e a Ascoob, com central na Bahia. Cerca de 80% dos associados da Confederação Cresol residem em municípios com menos de 50 mil habitantes. Cada um desses sistemas tem cooperativas de crédito solidário afiliadas a ele e suas bases de serviço (espécie de pontos de atendimento).

Segundo o *site* da Confederação CRESOL, “a história desse movimento iniciou-se no final da década de 80, quando pequenos agricultores e assentados da reforma agrária nas regiões sudeste e centro-oeste do Paraná e em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com dificuldades para acessar crédito de custeio e de investimentos, estruturaram o Fundo de Crédito Rotativo, financiado pela

¹Cf. o sítio na internet da Confederação CRESOL: <http://www.confesol.com.br/confederacao/>

Agência de Desenvolvimento da Igreja Católica da Alemanha (Misereor) e administrado por entidades e movimentos pastorais, sindicais, não governamentais, associativas e sem terra. A partir dessa experiência, surgiu a necessidade de se criar instituições de crédito, raiz para que, em 1995, nascessem as primeiras cooperativas da espécie, sob a marca Cresol. No ano de 2004, as cooperativas constituíram a Ancosol – Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária e, em 2008, foi criada a Confesol, uma confederação formal, reconhecida como sistema organizado no universo do cooperativismo de crédito brasileiro. Ela tem como sede a cidade de Florianópolis, em Santa Catarina, e sua principal atribuição é a gestão do *software* Colmeia”.

Percebe-se, portanto, que o sistema de cooperativas de crédito solidário nasce, então, como uma consequência do crescimento de fundos rotativos solidários nos territórios abarcados.

Marco legal

No Brasil, as cooperativas de crédito são reconhecidas como instituições financeiras, a partir da Lei 4.595/64. O funcionamento das cooperativas de crédito deve ser autorizado e regulado pelo Banco Central do Brasil. É importante lembrar que o cooperativismo também possui legislação própria, tanto na Lei 5.764/71 (Lei Geral do Cooperativismo) quanto na Lei Complementar 130/2009 (Sistema Nacional de Crédito Cooperativo).

Entre as iniciativas de finanças solidárias, as cooperativas de crédito solidário são aquelas com maior avanço no marco legal, e assim mesmo muitas vezes há uma incompreensão por parte dos órgãos regulares e dos bancos públicos de financiamento quanto ao caráter particular dessas iniciativas. As cooperativas de crédito solidário lutam para que a sua atuação seja entendida em suas particularidades, e não como se fossem bancos convencionais.

Oficina: Introdução à cooperativa de crédito

Objetivo: Conversa inicial sobre crédito e as cooperativas de crédito

Tempo: 2 horas e meia a 3 horas

Material necessário: impressão das charges, canetão, Kraft e fita crepe

Metodologia:

1) O que é crédito?

- Perguntar às pessoas o que é crédito. Pedir para definirem.
- Apresentar definição do “Novíssimo dicionário de economia”, disponível em: <http://sinus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/FMI.BMNov%C3%A4Dssimo-Dicion%C3%A1rio-de-Economia.pdf>

CRÉDITO. Transação comercial em que um comprador recebe imediatamente um bem ou serviço adquirido, mas só fará o pagamento depois de algum tempo determinado. Essa transação pode também envolver apenas dinheiro. O crédito inclui duas noções fundamentais: **confiança**, expressa na promessa de pagamento, e **tempo**, entre a aquisição e a liquidação da dívida.

2) Discussão sobre o crédito:

- Dividir em grupos e mostrar as charges abaixo. Pedir para discutirem sobre o acesso a crédito em nossa sociedade e elaborarem três questões para serem respondidas coletivamente.



Fonte: Agência de notícias São Joaquim Online.
Disponível em:
<http://saojoaquimonline.net/tag/charge/>



Fonte: Correio Central. Disponível em:
<http://correiocentral.com.br/noticias-det.php?cod=237>

Charge

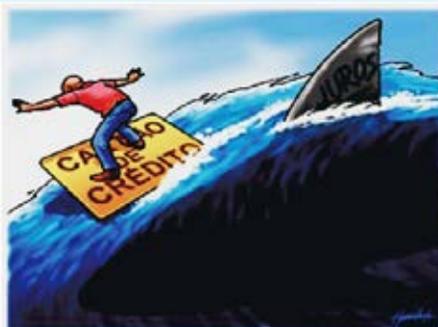
O QUE ACONTECEU? ACIDENTE?



NÃO, ACABO DE PAGAR A FATURA DO CARTÃO DE CRÉDITO.

Brasília.

LAGO



Fonte: Jornal de Brasília. Disponível em: <http://aws.jornaldebrasilia.com.br/charges/419/cartao-de-credito/>

Fonte: Tribuna da internet. Disponível em: <http://www.tribunadaineternet.com.br/calote-no-cartao-de-credito-e-no-cheque-especial-continu-a-aumentando/>

b) Cada grupo apresenta as questões a todos os grupos e, de forma dinâmica (no momento em que são discutidas as questões), são abordados os seguintes tópicos:

- Generalização do crédito em nossa sociedade (compramos carro a crédito, móveis, alimentos, etc.)
- Dificuldades de acesso ao crédito bancário: condições de pagamento (juros altos, prazos, parcelas), burocracia, comprovação de renda.

3) A cooperativa de crédito como alternativa à falta de acesso.

a) Apresentar a cooperativa de crédito como alternativa que se diferencia do sistema de crédito comum pelo cooperativismo. Apresentar o quadro a seguir e discutir cada uma das características:

Banco Convencional	Cooperativa de Crédito
Sociedade de capital (usuários são clientes).	Sociedade de pessoas (usuários são donos).
Decisões são tomadas por quem tem mais capital.	Decisões são tomadas pelos sócios da cooperativa em assembleias, onde todos têm direito a voz e a voto (cada cabeça um voto).
A gestão é feita pelos funcionários que implementam a decisão dos donos, em relação aos juros, formas de pagamento, etc.	A gestão é democrática, ou seja, os sócios participam da gestão e decidem qual será a política da operação de crédito.

Seu crescimento se dá a partir da competição com outros bancos.	O crescimento se dá com base na confiança dos sócios e na intensificação das relações de cooperação entre eles e no território.
Lucro das operações é dividido entre os acionistas.	A sobra das cooperações é dividida entre os cooperados.
Não existe enraizamento territorial, em geral os bancos tendem a ser cada vez maiores (conglomerados), atuando em territórios distantes da sua origem.	Desenvolvimento local como princípio fundamental, já que uma das políticas é manter os recursos no território.

b) Assistir ao filme que apresenta a Ascoob:
<https://www.youtube.com/watch?v=DZU5uiuGJIU>

- Pedir para salientarem quais das características do quadro anterior aparecem no filme e como.
- Esclarecer que a montagem de uma cooperativa é um processo complexo (envolve formalização, carga tributária, etc.). Salientar que para montar uma cooperativa de crédito é importante entrar em contato com as redes já existentes: Cresol, Crehnor e Ascoob.

Para saber mais:

- **Confesol (Confederação das cooperativas centrais de crédito rural com interação solidária)**
<http://www.confesol.com.br/>
- **TV Cresol**
http://www.cresol.com.br/site/comunicacao_tv Cresol.php
- **Veiga, Sandra Mayrink e Rech, Daniel, Associações: como constituir sociedades civis sem fins lucrativos.** /DP&A: Fase, RJ/2001
- **BÚRIGO, Fábio Luiz. Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil.** Universidade Federal de Santa Catarina. 2006
<http://www.cresol.com.br/site/upload/downloads/60.pdf>

Bancos Comunitários

Banco Comunitário
Sol Nascente

Mercadinho

ACEITAMOS MOEDA SOCIAL SOL NASCENTE



O que são bancos comunitários?

Bancos comunitários são instrumentos para reorganizar a economia de uma determinada comunidade, estimulando a produção de grupos locais e o consumo das(os) produtoras(es) e comerciantes locais. Essa estratégia leva em conta que as comunidades populares estão empobrecidas porque a renda de cada pessoa não circula na comunidade. O dinheiro que cada um(a) tem é gasto, em geral, nas grandes redes de distribuição de produtos, como os supermercados, e na compra de produtos de grandes empresas, ou com outros atores econômicos que não são as(os) produtoras(es) da comunidade.

Para compreendermos como os bancos comunitários atuam e funcionam, vamos partir da definição que o Banco Palmas (o primeiro banco comunitário do Brasil) utiliza: “Bancos comunitários são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Seu objetivo é promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo. Baseia-se no apoio às iniciativas da economia popular e solidária em seus diversos âmbitos, como de pequenos empreendimentos produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização e o vasto campo das pequenas economias populares”.

A construção de um banco comunitário deve ter como base uma entidade da própria região onde será implantado, com fortes laços comunitários e com um histórico sólido de atuação no território. O banco comunitário não é uma ferramenta de organização comunitária, e sim de potencialização das ações que já acontecem dentro de uma região. Para que esse instrumento de desenvolvimento territorial se efetive, a comunidade precisa necessariamente ter confiança no trabalho da entidade que o sedia.

Existem atualmente no Brasil mais de 100 bancos comunitários, a maioria na Região Nordeste. A seguir, apresentaremos a experiência do Banco União Sampaio, localizado em São Paulo.

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade de São Paulo (ITCP-USP), quando estava procurando entidades interessantes que poderiam ser a base para a construção de um banco comunitário na zona sul de São Paulo, deparou-se com a associação União Popular de Mulheres (UPM), que demonstrou que possuía as características necessárias para iniciar a criação de um banco comunitário.

Após o início dessa parceria entre a ITCP-USP e a UPM, iniciou-se um processo de formação das equipes para o trabalho com o banco comunitário e a sensibilização da comunidade para explicar o funcionamento do banco, a moeda social para crédito para consumo, o crédito em real para apoio a empreendimentos solidários, o Fórum de Desenvolvimento Local e o correspondente bancário. A própria moeda social, seu nome, cores, imagens e dizeres foi construída de maneira coletiva durante esse processo.

Paralelamente ocorreram também diversas sensibilizações com as(os) comerciantes locais através de conversas acerca das potencialidades do banco comunitário para estimular o comércio local e, conseqüentemente, um potencial de aumento dos seus ganhos e fomento ao desenvolvimento territorial. Ao aceitarem a moeda social, estimulariam a comunidade a consumir no bairro e, com as(os) próprias(os) comerciantes utilizando a moeda para consumir no bairro também, a moeda social estaria sempre circulando e estimulando o mercado interno.

Foi realizado também um mapeamento de consumo e produção no bairro para verificar todos os produtos consumidos pelas(os) moradoras(es) da região e tudo que já era produzido no território. Dessa forma, foi possível identificar quais áreas de produção e serviço poderiam ser estimuladas pelo banco comunitário através dos empréstimos produtivos sem, é claro, estimular a concorrência interna. Com esse mapeamento, foi possível também articular compras coletivas com pequenos empreendimentos, como a área da beleza: juntando seis salões de beleza do bairro, por exemplo, pode-se fazer compras maiores de seus insumos básicos, como químicas, xampus, condicionadores, entre outros produtos e, dessa forma, conseguir negociar preços melhores.

Banco convencional	Banco comunitário de desenvolvimento
Há um dono ou acionistas	Quem é dono é a comunidade
Gera lucro	Desenvolve a comunidade
A economia controla o banco	A sociedade controla o banco
O dinheiro é o centro	A vida é o centro
Tem dono: propriedade individual	Não tem dono: a propriedade é coletiva, de toda a comunidade
Justifica-se com o lucro	Justifica-se com a utilidade social
Promove a concorrência, a competição e a disputa	Promove a colaboração, a cooperação e a solidariedade
Acredita nas garantias (renda, patrimônio, fiador)	Acredita nas pessoas (confiança)
Promove a disputa entre os empreendimentos do território	Reorganiza as economias locais
Centralizado, grande, poderoso, distante das pessoas	Descentralizado, pequeno, perto das pessoas
Decisão centralizada	Decisão coletiva da comunidade (autogestão)

Fonte: Bancos Comunitários de Desenvolvimento/Organização Núcleo de Economia Solidária da USP. São Paulo: 2013

Como se organizam?

O banco comunitário se organiza a partir de um fundo comum, iniciado por meio da realização de um evento, uma rifa, bingo, um projeto ou convênio com o poder público, entre outras formas possíveis de arrecadação.

O banco comunitário é gerido por um fórum local, composto de lideranças e representantes de diferentes entidades e grupos que atuam na comunidade. Esse fórum pode assumir diferentes características, a partir das especificidades de cada comunidade. Em alguns lugares, ele tem um enfoque maior na discussão das ações do banco comunitário, mas em outros assume um aspecto mais geral de discussão das principais demandas daquela comunidade. O fundamental é que esse fórum seja um espaço com representatividade de atores locais e lideranças ativas que busquem planejar a atuação do banco tendo em vista o desenvolvimento do bairro, integrando-o a outras ações de Economia Solidária.

As principais operações que o banco comunitário realiza são o crédito em moeda social e o crédito em moeda corrente (crédito bancário é quando pedimos dinheiro emprestado a um banco. Apesar de ser um direito universal, não é acessível a grande parte da população e também não é justo, dados os altos valores de juros cobrados no mercado):

- O **crédito em moeda social** tem como objetivo estimular o consumo do que é produzido e comercializado internamente à comunidade, aumentando a fluidez econômica, ou seja, o número de transações econômicas locais. Como ele funciona? As pessoas pegam empréstimo em moeda social (não são cobrados juros) e a usam para fazer compras dos empreendimentos solidários, de produtoras(es), prestadoras(es) de serviços e comerciantes locais que aceitam a moeda social por estarem articulados ao banco comunitário, no qual podem trocar a moeda social por reais.
- O **crédito em moeda corrente** é feito em reais e tem juros menores do que o dos bancos comerciais, além de um sistema de avaliação de crédito baseado na confiança e nas(os) vizinhas(os), como explicaremos à frente. Esse crédito pode ser utilizado para diversas finalidades, como consumo familiar, compra de insumos para a produção, reformas habitacionais, etc.

Outros serviços podem ser realizados em bancos comunitários quando se estabelecem como **correspondentes bancários**. Para ser um correspondente bancário, o banco comunitário de determinada comunidade ou bairro se associa a um banco público, como a Caixa, e com isso pode oferecer serviços como pagamento de contas, realização de depósitos, retirada de Bolsa Família e outros benefícios, entre vários serviços. Nem todos os bancos comunitários são correspondentes bancários, pois é necessário ter uma estrutura de segurança

para essas atividades, o que tem custo elevado para a associação. Em outros casos, nem vale a pena, quando o banco comunitário está em locais onde esse tipo de serviço já é bastante acessível.

É importante que o banco comunitário não caia na lógica convencional do mercado. Por isso, deve sempre seguir emprestando dinheiro àquelas pessoas que não têm acesso ao crédito comum. O banco também precisa diferenciar quem realmente precisa de crédito de quem precisa de serviços públicos de assistência social, pessoas que estão em situação de muita precariedade, pois nesse caso os seus problemas não serão resolvidos pelo crédito, já que provavelmente não conseguirão pagá-lo. É fundamental que as pessoas possam pagar e paguem o crédito para que o banco comunitário possa emprestar a outras pessoas. Em geral, as condições de pagamento do crédito são muito flexíveis e adaptadas à realidade financeira de cada um(a) dos(as) tomadores(as) de empréstimo.

A organização interna do banco comunitário tem algumas funções importantes que podem ser feitas por uma ou mais pessoas, ou uma pessoa pode desempenhar mais de uma dessas funções, dependendo do tamanho e abrangência do banco.

Uma das funções importantes é a de **analista de crédito**, que analisa se a pessoa que está solicitando o empréstimo tem condições de pagá-lo. Essa análise é bem diferente num banco convencional e num banco comunitário:

- Os bancos convencionais realizam essa consulta a partir das empresas SPC e Serasa, que fazem o levantamento dos nomes e CPFs que têm dívidas, vendendo as informações aos bancos e empresas. Esse sistema é injusto, pois é muito comum as pessoas estarem com alguma dificuldade na vida e com isso terem o seu nome no SERASA, o que só reforça aquele refrão da música: “o rico cada vez fica mais rico e o pobre cada vez fica mais pobre”.
- Os bancos comunitários, por sua vez, analisam o crédito consultando se a pessoa poderá pagar o crédito (vendo a relação entre quanto ela ganha e gasta por mês) e também consultando e envolvendo a comunidade na decisão de emprestar, perguntando às(aos) vizinhas(os) se a pessoa que está solicitando o crédito poderá pagar, se ela é confiável. Esse método, baseado na confiança e nas relações de vizinhança, é chamado de **Aval Solidário**.

Outra função é a de **Gestão do Banco**, que consiste em ter acesso à carteira de crédito, sabendo quanto dinheiro o banco tem em caixa, quanto está emprestando e se o dinheiro está sendo devolvido. A gestão também envolve criar e aplicar as estratégias para resolver a situação de quem não pagou o crédito.

O banco também demanda que se realize a **Recepção e Atendimento** das(os) clientes, conversando sobre que tipo de empréstimo que querem fazer e fazendo o serviço de correspondente bancário (quando o banco tiver).

A última função interna é de **Mobilização Local**, pois o banco precisa se articular às(aos) comerciantes e produtoras(es) da comunidade para que aceitem a moeda social e divulgar a proposta no bairro, já que essa moeda só sobrevive quando os atores locais se apropriam dela.

Hoje os Bancos Comunitários de Desenvolvimento estão organizados em redes regionais, como a Rede Capixaba de Bancos Comunitários (no Espírito Santo) e a Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Durante o 4º Encontro Nacional da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, em novembro de 2015, os bancos comunitários criaram a Associação Nacional de Bancos Comunitários de Desenvolvimento e o Banco Nacional das Comunidades, que têm como papel a organização e articulação das demandas dos bancos comunitários².



²Para mais informações sobre o Banco Nacional das Comunidades, veja: <http://www.institutobancopalmas.org/banco-nacional-das-comunidades/>

O e-Dinheiro

Em 2016, o Instituto Palmas lançou oficialmente o aplicativo e-Dinheiro, que permite que os pagamentos e transferências de moedas sociais do banco comunitário possam ser feitas pelo celular. Segundo o *site* do Instituto Palmas, “o Palmas e-Dinheiro foi projetado para funcionar em qualquer telefone celular, tendo ou não acesso a internet, sem restrição de operadora. Basta se cadastrar via rede celular, selecionar seus contatos para enviar ou receber dinheiro e começar a operar imediatamente, sem burocracia. Além de transferir valores para seus contatos, outra função do aplicativo é servir como meio de pagamentos em estabelecimentos conveniados e entre fornecedores de produtos ou serviços” (Instituto Palmas, 2016).



Marco legal

Os bancos comunitários não têm um marco regulatório específico e adequado ao seu funcionamento. Eles podem operar crédito com juros menores do que 1% ao mês, amparados pela “Lei da Usura”, de 7 de abril de 1933, e, portanto, não se caracterizam como instituição financeira. Uma opção é que o banco comunitário se formalize enquanto OSCIP de microcrédito (ou seja conveniado a uma) e assim fica autorizada a concessão de crédito devido ao “Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO”, instituído pela Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005.

Atividade – Oficina “Circulação da moeda social”

Objetivo: Demonstrar, de um modo dinâmico, como acontece a circulação da moeda social dentro de um território, importante para conhecer o que é um banco comunitário de desenvolvimento.

Tempo: 2 a 3 horas

Material necessário: um rolo de barbante, alguns papéis e canetão

Metodologia:

1. Elegendo as funções no jogo: Para iniciar a dinâmica, deve-se explicar que reproduziremos a circulação de uma moeda social dentro de uma comunidade. Para isso, precisamos de uma pessoa que pegará o crédito no banco comunitário e um(a) participante representando cada um de alguns comércios ou serviços. Normalmente pedimos às pessoas para escolher uns quatro ou cinco tipos de comércio (mercadinho, cabeleireiro, venda de gás, etc.). Escolhemos então qual participante será cada um desses comércios, colocando um crachá para identificá-las(os). Fazemos então uma roda para que a dinâmica comece.

2. Circulando a moeda: O barbante fica atrelado à moeda social que utilizaremos para o exercício. O seu ponto de partida é o banco comunitário. A pessoa que está organizando a dinâmica é o banco comunitário e ela deve segurar uma ponta do barbante para podermos ir fazendo o rastro da moeda social. A pessoa que pegou o crédito é convidada a ir a algum comércio onde deixará a moeda. Em seguida, a pessoa do comércio deverá ir a outro comércio, deixando a moeda e criando mais um elo dessa rede.

3. Olhando a rede e construindo o valor: Ao final da dinâmica, depois de sucessivas passagens da moeda, haverá uma teia entre os participantes, mostrando o caminho que a moeda percorreu. Isso permite à(ao) facilitadora(o) explicar o sentido de uma moeda social, que é manter a riqueza de uma comunidade dentro dela mesma, ou seja, circular a riqueza, sem necessidade da moeda oficial. Por isso, a moeda social é chamada em muitos lugares de um “circulante local”. Outro procedimento que pode ser feito é pedir às pessoas para contar por quantos lugares a moeda social passou. Se a moeda que colocamos em circulação tinha o valor de 10 e passou por 15 pontos, podemos dizer que aqueles 10 que saíram como moeda social do banco comunitário de desenvolvimento geraram 150 de riqueza na comunidade, o que demonstra a multiplicação da riqueza pelo trabalho mediado por uma moeda social.

Para saber mais:

- **A revolução do consumo (Instituto Palmas)**
<https://www.youtube.com/watch?v=ciOXO6YKcIk>
- **Banco Capivari e Banco Bem (Globo Repórter)**
https://www.youtube.com/watch?v=4E3J_VY7RMs
- **Banco Comunitário União Sampaio**
<https://vimeo.com/37960528>
- **Banco Palmas: Eu posso, tu podes, nós podemos (Érica Aragão)**
<https://www.youtube.com/watch?v=ZHHbaFb5oBE>
- **III Seminário Articulação de ITCPs – Comercialização, Consumo e Finanças Solidárias**
<https://www.youtube.com/watch?v=PaxAgE2SOz4>
- **INSTITUTO PALMAS. Site do Palmas e-Dinheiro, disponível em**
<https://edinheiro.net.br/>



Bibliografia e Anexo



AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. **Cartilha da Auditoria da Dívida**, disponível em <http://www.auditoriacidadada.org.br/wp-content/uploads/2012/08/ABC-da-D%C3%ADvida-3-Edi%C3%A7%C3%A3o.pdf>

ARKEL, Henk van; ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de; RAMADA, Camilo; PRIMAVERA, Heloisa. **Onde está o dinheiro?**, disponível na internet no link <http://bit.ly/2cwioAA>

BRASIL. **Conferência Temática Economia e Democracia: Políticas de Financiamento, Finanças Solidárias e Ambiente Institucional para a Economia Solidária**. Disponível em: http://www.coopcentabc.org.br/documentos/conferencia_estadual_economia_solidaria_sao_paulo/010_Economia_e_Democracia_Politicas_de_Financiamento_Financas_Solidarias_e_Ambiente_Institucional_para_a_ES.pdf

BENSADON, Ligia S. ; PATEO, Felipe V. ; LAPORTE, A. L. A. . Incubando um clube de trocas: proposta de desenvolvimento local. In: **Caminhos percorridos e construção coletiva: Economia Solidária na zona sul de São Paulo**. Org. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. São Paulo: ITCP-USP. São Paulo. 2010.

BÚRIGO, Fábio Luiz. **Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil**. Disponível em: <http://www.cresol.com.br/site/upload/downloads/60.pdf>

CAMP. **Cartilha dos fundos solidários (região Sul)**. Disponível em: <http://camp.org.br/files/2015/05/CARTILHA-FUNDOS-SOLIDARIOS-5.pdf>

CAMPOS, Ana Paula Teixeira de. **Redes sociais, organizações e políticas públicas: interfaces na agricultura do município de Araponga, zona da mata de Minas gerais**, 2014. Tese (doutorado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Bibliografia: f. 182-195. Disponível em: <http://bit.ly/2celEul>

CÁRITAS BRASILEIRA. **Fundos Solidários: Por uma política de emancipação produtivo**. <http://caritas.org.br/wp-content/uploads/2011/03/Caderno-1-FUNDOS-SOLID%C3%81RIOS-POR-UMA-POL%C3%8DTICA-DE-EMENCIPA%C3%87%C3%83O-PRO-DUTIVA-DOS-MOVIEMNTOS-SOCIAIS.pdf>

CÁRITAS BRASILEIRA. **Os fundos solidários e a caminhada para seu reconhecimento e valorização**. Disponível em: http://caritas.org.br/wp-content/files_mf/1383061597Cartilhawebfundos_solidarios.pdf

CORAGGIO, J.L – **Cartillas de economia social no 1**. Finanzas para la economia social. Universidad Nacional de General Sarmiento. 2007.

CORRÊA, Ciro Eduardo; MAGRI, Cledir A. (orgs). **Cooperativismo de Crédito Familiar e Solidário: instrumento de desenvolvimento e erradicação da pobreza**. Passo Fundo: IFIBE, 2012.

FREIRE, Marusa Vasconcelos. **Moedas sociais: contributo em prol de um marco legal e regulatório para as moedas sociais circulantes locais no Brasil**, disponível em http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9485/1/2011_MarusaVasconcelosFreire.pdf

NAKATANI, Paulo. **O dinheiro e a financeirização da economia mundial**, disponível em <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-dinheiro-e-a-financeirizacao-da-economia-mundial/4/31520>

TOSCANO, Idalvo. **Bancos Populares de Desenvolvimento Solidário**. 2004. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/779/779.pdf>

Anexo A – Tabela comparativa dos Instrumentos de Finanças Solidárias

Questões	Cooperativa de Crédito	Clube de Trocas	Fundo Rotativo Solidário	Banco Comunitário
O que é?	Instituição parecida com os bancos convencionais, porém ela é de propriedade coletiva.	É o espaço de troca de produtos e serviços sem envolver dinheiro, sem dono nem padrão, oferecendo um comércio diferenciado para suprir as necessidades da comunidade, com confiança e solidariedade.	É uma metodologia de apoio financeiro às atividades produtivas de caráter associativo mediante compromisso evolutivo voluntário. Apoio de produtos e serviços e mutirão.	É um instrumento de finanças solidárias, criado pela própria comunidade, que visa trabalhar o desenvolvimento local, agregando as pessoas excluídas pelo sistema.

Objetivo	Ofertar crédito e serviços diferenciados às(aos) suas(seus) sócias(os). Fortalecer o desenvolvimento local.	Atender às necessidades de todas(os) as(os) participantes do clube, quebrando a lógica do capitalismo. Promover a inclusão e a educação financeira.	Ajudar aquelas pessoas que não têm como acessar um crédito convencional devido às burocracias. Incluir pessoas excluídas para que possam ter condição de comprar matéria-prima, máquinas e outras necessidades fundamentais.	Prestar serviços financeiros em rede de forma associativa e solidária. Ser um sistema que seja acessível e atenda às necessidades da comunidade. Promover o desenvolvimento social e o empoderamento da comunidade.
Público	Sócias(os) e a sociedade em geral.	Todas as pessoas que se interessam pelo clube e têm necessidade ou querem participar e se associar.	Comunidade, pequenas(os) produtoras(es) e as pessoas excluídas que não têm acesso a crédito.	Comunidade local.
Desafio	Aproximar-se mais dos princípios da Economia Solidária e diminuir a burocracia.	Alcançar um maior número de participantes; fortalecer a economia local; ter oferta de produtos e serviços de boa qualidade (ofertas).	Gestão, comprometimento das(os) beneficiárias(os) e das(os) gestoras(es) e voluntárias(os).	Constituir mais bancos comunitários no país; consolidar a Rede Brasileira de Bancos Comunitários; aprovar o projeto de lei das Finanças Solidárias no Congresso Nacional; captar recursos para compor o fundo e para manter o funcionamento do banco; conscientizar e envolver a comunidade.



Publicado sob licença Creative Commons - alguns direitos reservados.



ATRIBUIÇÃO

Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciente.



USO NÃO-COMERCIAL

Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.



PERMITIR A CRIAÇÃO DE OBRAS DERIVADAS

- Para cada novo uso ou distribuição, você deve deixar claro para outros os termos da licença desta obra.
- Qualquer uma destas condições podem ser renunciadas, desde que Você obtenha permissão do autor.



Economia Solidária

Conheça
Pratique

ISBN 978-85-397-0988-5



9 788539 709885



Rede CFES
Formação e Assessoria Técnica
Sudeste

Parceiros



Fórum Nacional de
Economia Popular Solidária



Fórum Brasileiro de
Economia
Solidária

Realização



INSTITUTO MARISTA
DE SÃO PAULO

SUBSECRETARIA DE
ECONOMIA SÓLIDÁRIA

MINISTÉRIO DO
TRABALHO



BRASIL
2007-2010